

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Por uma nova síntese das mudanças ocorridas no mercado de trabalho do setor de telecomunicações no Brasil. Qual a contribuição do estudo das trajetórias ocupacionais dos trabalhadores?.

Luís Fernando Santos Corrêa da Silva.

Cita:

Luís Fernando Santos Corrêa da Silva (2009). *Por uma nova síntese das mudanças ocorridas no mercado de trabalho do setor de telecomunicações no Brasil. Qual a contribuição do estudo das trajetórias ocupacionais dos trabalhadores?.* XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1342>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/evbW/AqX>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Por uma nova síntese das mudanças ocorridas no mercado de trabalho do setor de telecomunicações no Brasil

**Qual a contribuição do estudo das trajetórias
ocupacionais dos trabalhadores?**

*Luís Fernando Santos Corrêa da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
UFRGS, Brasil
lfscorrea@gmail.com*

INTRODUÇÃO

As telecomunicações, no Brasil, passaram por um amplo processo de reestruturação, especialmente a partir de meados da década de 1990. A desregulamentação do setor, ocorrida em 1995, abriu caminho para a quebra do monopólio do Estado sobre os serviços de telecomunicações e, em 1998, por ocasião da privatização, desencadeou-se uma profunda modificação na base tecnológica do setor (Larangeira, 2001).

Um dos efeitos mais significativos da reestruturação relaciona-se à expansão e diversificação do acesso aos serviços de telecomunicações no Brasil. Em março de 2007, segundo dados da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, 74,5% dos domicílios brasileiros possuía acesso telefônico, seja na modalidade fixo ou móvel celular. Em termos absolutos o Brasil contava, no mesmo período, com 121 milhões de telefones celulares e 39,3 milhões de telefones fixos em operação.

Entretanto, as transformações nas telecomunicações não se restringiram aos aspectos institucionais, tecnológicos e de abrangência acima mencionados; o mercado de trabalho interno ao setor também foi profundamente modificado. Postos de trabalho relacionados à antiga base tecnológica foram eliminados, assim como novos postos de trabalho foram criados, sobretudo intensivos em tecnologias digitais de informação. Além de alterar os contornos gerais do mercado de trabalho do setor, a privatização do antigo monopólio estatal das telecomunicações também ocasionou modificações nas trajetórias ocupacionais dos trabalhadores. Em termos contratuais, por exemplo, parcela significativa dos trabalhadores do setor passou de uma situação de estabilidade, proporcionada pelo emprego público, para uma situação de instabilidade, relacionada ao novo tipo de vínculo contratual, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Silva, 2003).

Aliás, o Brasil não foi o único país a reestruturar seu setor de telecomunicações. A partir do início da década de 1980, muitos países passaram por processo semelhante, dando fim a monopólios estatais ou privados. Logo, a influência da reestruturação no setor de telecomunicações sobre o emprego passou a ser objeto de análise de muitos estudos internacionais. Autores como Batt (2000) e Katz e Darbishire (2000) têm ressaltado aspectos que seriam específicos à nova realidade do trabalho no setor de telecomunicações, sobretudo quando comparados ao emprego industrial. Batt (2000) considera que quanto maior a necessidade por qualidade nos serviços, maiores as chances de adoção de formas participativas de trabalho, baseadas em princípios de autonomia e recrutamento de mão-de-obra qualificada. Já Katz e Darbishire argumentam que, no contexto pós-reestruturação das telecomunicações, o mercado de trabalho interno às empresas passaria a ser estruturado em subdivisões que atendem a segmentos de mercado que se diferenciariam segundo sua capacidade de produzir valor agregado. Portanto, seria possível afirmar que quanto maior o valor agregado pelo segmento, melhores as condições de trabalho e maiores as chances de permanência no emprego (Batt, 2000 apud Lorangeira, 2002; Katz e Darbishire, 2000:125 apud Lorangeira, 2001:08).

Não obstante a importância dos estudos já realizados sobre o emprego no setor de telecomunicações, no exterior e no Brasil, é agora necessário propor novos modelos de análise, sobretudo, que incorporem as categorias ocupacionais e os perfis de trabalhadores como elemento explicativo das trajetórias dos trabalhadores. Neste sentido, analisar as trajetórias ocupacionais,

levando em consideração a diversidade de categorias ocupacionais e de perfis de trabalhadores, permitiria superar um possível entendimento generalizado do mercado de trabalho das telecomunicações, possibilitando identificar distintas formas de permanência e/ou transição ocupacional no setor.

Por seu turno, o presente artigo tem por objetivo apresentar uma discussão preliminar sobre aspectos que envolvem as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores das telecomunicações no período pós-privatização. Tal discussão integrará investigação mais ampla a ser realizada, visando a elaboração de tese de doutoramento. Os dados apresentados foram obtidos no site da Internet da Agência Nacional de Telecomunicações e a partir dos dados agregados disponíveis nas Bases Rais e Rais/Migra, do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, utilizando-se para tanto de metodologia quantitativa de tratamento e análise de dados.

1. TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL

Na década de 1990, o setor de telecomunicações brasileiro, que até então se constituía em monopólio do Estado, foi submetido a um amplo processo de reestruturação. Defasada em quase uma década em relação às experiências de outros países da América Latina, como Argentina, Chile e México, a desregulamentação e a privatização do antigo monopólio estatal das telecomunicações tinham por objetivo ampliar o acesso aos serviços, bem como atrair novos investimentos ao país, fornecendo infra-estrutura necessária à competição entre grandes grupos empresariais globais (Wohlers, 1999:58).

Em agosto de 1995, foi aprovada no Brasil a alteração constitucional que permitiu a quebra do monopólio público dos serviços de telecomunicações, autorizando, mediante concessão ou permissão, a exploração dos serviços por empresas privadas (Wohlers, 1999:58-59).

Após a desregulamentação/privatização do setor, as telecomunicações, no Brasil, passaram por um amplo processo de modernização tecnológica. Os antigos sistemas analógicos de transmissão foram substituídos por sistemas digitais, proporcionando a transmissão de maior quantidade de informação em um menor espaço de tempo (Larangeira, 2001).

Neste contexto, o mercado de trabalho interno às telecomunicações também foi drasticamente alterado: funções foram eliminadas e criadas, assim como outras foram alteradas em seu conteúdo, redefinindo o conjunto de qualificações e competências necessárias à execução do trabalho. Em relação à base tecnológica, houve a substituição de soluções técnicas, relativas à

engenharia, por soluções em tecnologias de informação, que demandam competências de caráter abstrato, aspecto que teria também contribuído para o surgimento de uma força de trabalho de perfil sócio-ocupacional distinto ao predominante no período anterior à privatização (Guimarães, S; 2006).

Tabela 1 – Evolução das 7 categorias ocupacionais que mais perderam postos de trabalho entre os anos de 1996-2002, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações.

Categoria ocupacional	Ano		Variação (%)
	1996	2002	
Agentes de administração pública	12343	10971	- 11,11
Engenheiros arquitetos e trabalhadores assemelhados	6791	5610	- 17,39
Economistas e técnicos de administração	6146	5040	- 17,99
Telefonistas, telegrafistas e trabalhadores assemelhados	12540	9758	- 22,18
Trabalhadores em serviços administrativos	15199	10770	- 29,14
Eletricistas eletrônicos e trabalhadores assemelhados	17495	9645	- 44,87
Técnicos, desenhistas técnicos e trab. assemelhados	28284	15318	- 45,84

Fonte: Rais/MTE - CBO

A tabela 1 apresenta as ocupações que mais perderam postos de trabalho nos primeiros anos após a privatização das telecomunicações no Brasil. A análise dos dados obtidos na base de dados da RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego, indica que atividades profissionais vinculadas ao antigo paradigma tecnológico das telecomunicações, tais como as desenvolvidas por engenheiros, eletricitas eletrônicos, telefonistas e outras atividades técnicas, assim como trabalhadores em serviços administrativos, economistas e agentes da administração pública, apresentaram as maiores perdas percentuais de postos de trabalho entre os anos de 1996 e 2002. A explicação para a redução de empregos nas categorias ocupacionais acima referidas origina-se na reestruturação tecnológica e gerencial das telecomunicações no período pós-privatização, ocasionando a necessidade de tornar a mão-de-obra capaz de lidar com a nova realidade que surgia no setor.

Por outro lado, as ocupações que mais cresceram percentualmente em postos de trabalho estão relacionadas às atividades de vendas, profissionais das ciências e cargos de direção, gerência e chefia. A segmentação de serviços prestados por uma mesma empresa e a concorrência entre empresas prestadoras de serviços de mesma natureza, seja na telefonia fixa, móvel ou transmissão de dados, parecem ter fomentado o surgimento de novos postos de trabalho no topo da estrutura ocupacional do setor de telecomunicações, visando enfrentar os desafios impostos pela reestruturação tecnológica e gerencial.

Tabela 2 - Evolução das 7 categorias ocupacionais que mais cresceram entre os anos de 1996-2002, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações.

Categoria ocupacional	Ano		Variação (%)
	1996	2002	
Diretores de empresa	189	527	+ 178,80
Chefes intermediários administrativo de contabilidade e finanças	689	1997	+ 189,84
Supervisores de compras e de vendas, compradores	438	2650	+ 505,02
Profissionais da ciência	404	2704	+ 570,30
Trabalhadores de serviços de contabilidade	895	7070	+ 689,94
Vendedores e empregados de comercio	298	2370	+ 695,53
Gerentes de empresa	758	6658	+ 778,34

Fonte: Rais/MTE - CBO

É necessário ressaltar que os dados apresentados nas tabelas 1 e 2 comparam o ano anterior à privatização (1996) ao último ano do que pode ser compreendido como o primeiro período pós-privatização (2002). Mais recentemente, no ano de 2003, ocorreu a liberalização do mercado brasileiro de telecomunicações. Neste ano, as empresas que cumpriram o Plano Geral de Metas de Universalização – (PGMU), elaborado pela agência que regulamenta o setor¹, foram liberadas do conjunto de restrições impostas quando da privatização, permitindo ampliar sua área de abrangência, bem como a carteira de produtos disponibilizados aos clientes. Assim, o ano de 2003 constitui-se em um marco para o setor de telecomunicações, pois surgiria, a partir de então, um segundo momento para o mercado no período pós-privatização, devido ao aumento na concorrência entre as empresas do setor. Todavia, no que concerne às influências da liberalização sobre o mercado de trabalho do setor, são ainda necessários estudos que incorporem esse aspecto como elemento explicativo de supostas mudanças nos contornos gerais do mercado de trabalho das telecomunicações.

2. TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS NO PERÍODO PÓS-PRIVATIZAÇÃO

Em termos conceituais, trajetória ocupacional remeteria à construção processual do percurso de um indivíduo no mercado de trabalho, seja por um período de tempo pré-definido, seja por toda uma vida. O conceito de trajetória ocupacional articularia aspectos estruturais do mercado de trabalho, como: a influência de fatores macro-econômicos (tanto locais, quanto globais), a natureza das estratégias empresariais para um determinado segmento de mercado e as demandas por determinados perfis de trabalhadores; e fatores inerentes aos projetos pessoais dos trabalhadores,

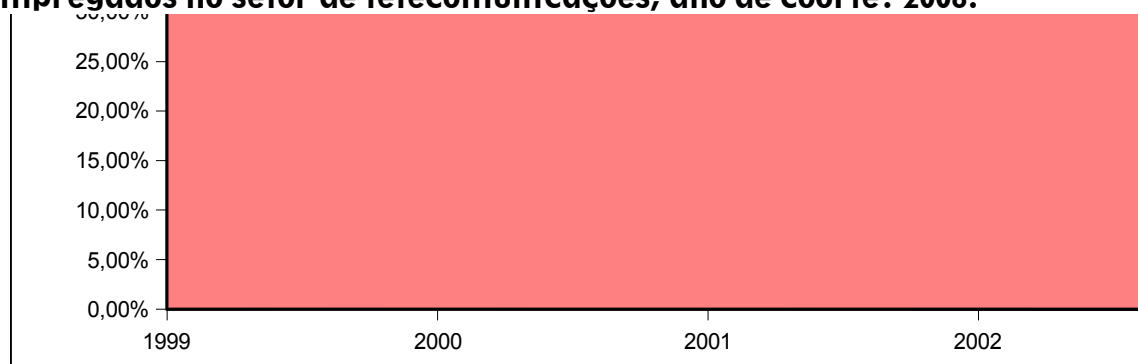
¹ Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

bem como os capitais (econômicos e simbólicos) que os mesmos mobilizam visando sua inserção/mobilidade no mercado de trabalho (Valenduc, 2008; Silva, 2003).

Neste estudo, define-se trajetórias ocupacionais como o movimento através do qual são construídos os percursos dos empregados das telecomunicações no mercado de trabalho, durante o período de sua atividade laboral. Além disso, entende-se “trajetórias ocupacionais” como um fenômeno diacrônico, que se desenvolvem através do tempo abrangendo continuidades e rupturas, resultando de condicionamentos sociais derivado de aspectos estruturais (condições macroeconômicas e do mercado de trabalho), institucionais (estratégias setoriais e organizacionais, marcos regulatórios) e subjetivos (motivações pessoais dos trabalhadores em relação à sua carreira e/ou atividade laboral).

Para reconstituir a trajetória ocupacional dos trabalhadores nas telecomunicações, no período pós-privatização, utilizou-se a plataforma RAIS/Migra do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, visando a determinar os destinos ocupacionais dos trabalhadores que se encontravam empregados no setor de telecomunicações. Tomando 1998 como ano de *coorte*, visto que é o primeiro após a privatização, os dados permitem identificar o percentual de empregados que permaneceu no setor, bem como os percentuais dos que migraram para os demais setores que compõem a atividade econômica ou para fora do mercado de trabalho formal. O gráfico a seguir apresenta os dados obtidos:

**Gráfico 1 – Trajetórias ocupacionais dos trabalhadores
Empregados no setor de telecomunicações, ano de coorte: 2008.**



Fonte: RaisMigra/MTE – Diversos anos.

No período pós-privatização das telecomunicações, os quatro primeiros anos no emprego apresentaram, para os trabalhadores da *coorte* selecionada, os maiores riscos de exclusão do mercado de trabalho do setor. No ano de 2002, constatou-se que mais de 60% dos empregados no setor de telecomunicações no ano de *coorte* – 1998 – não mais exerciam suas atividades laborais no setor de telecomunicações. Deve-se destacar o elevado percentual de trabalhadores “fora do sistema”, ou seja, que não mais possuíam vínculo formal de trabalho após 1998, totalizando, em 2002, aproximadamente 40% dos que se encontravam empregados do setor de telecomunicações em 1998. Neste sentido, cabe esclarecer um dos limites da base de dados RAIS/Migra: como abrange somente o emprego formal, não é possível determinar se o contingente de trabalhadores “fora do sistema” encontra-se nesta situação por motivo de inserção no mercado de trabalho informal, falecimento, desemprego, doença ou aposentadoria. Portanto, o elevado percentual de trabalhadores “fora do sistema” pode estar relacionado à demissão dos remanescentes do antigo monopólio estatal das telecomunicações, muitos em idade de aposentadoria.

Por seu turno, entre os anos de 2002 e 2005 é possível constatar certa estabilidade nos percentuais de permanência no setor de telecomunicações, apresentando leve migração para o setor de serviços. Ocorreu também, no ano de 2005, uma leve diminuição do contingente de trabalhadores “fora do sistema”, o que pode ter sido influenciado pelo crescimento econômico vivenciado no país durante o período.

Outro aspecto que merece destaque refere-se ao setor de destino dos trabalhadores excluídos do setor de telecomunicações. Pode-se observar que o setor de serviços é o destino mais recorrente dos que lograram reinserção no mercado de trabalho formal, seguido da construção civil e do comércio. Os percentuais dos que migraram para esses três setores cresceram entre os anos de 1999 e 2002, atingindo certa estabilidade a partir do ano de 2003 até 2005.

Em suma, constatou-se que as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores que estavam empregados nas telecomunicações, em 1998, podem ser divididas em dois períodos: o primeiro, entre os anos de 1998 e 2002, marcado por reestruturação tecnológica e gerencial do setor, havendo elevado percentual de trabalhadores que migraram para outros setores da atividade econômica ou para “fora do sistema”; e o segundo, entre os anos de 2002 e 2005, marcado pela consolidação do mercado e acirramento da concorrência, bem como de crescimento econômico do país, em que os trabalhadores que permaneceram no mercado de trabalho das telecomunicações após os quatro primeiros anos subsequentes à privatização lograram certa estabilidade no emprego.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões mais gerais obtidas neste estudo indicam acentuada modificação na estrutura ocupacional do setor de telecomunicações em decorrência de sua privatização e conseqüente mudança tecnológica desencadeada desde então, bem como indicam trajetórias ocupacionais - para o ano de *coorte* selecionado - marcadas por maior instabilidade entre os anos de 1999 e 2002 e maior estabilidade entre os anos de 2003 e 2005.

Em relação às transformações na estrutura ocupacional do setor, constatou-se redução de empregados em ocupações que se relacionam à antiga base tecnológica e crescimento no número de empregados em ocupações situadas no topo da pirâmide ocupacional, como as relacionadas aos cargos de chefia, gerência e direção. Como o telefone tornou-se um produto acessível à considerável parcela da população, o segmento de vendas de produtos e serviços de telecomunicações também

apresentou crescimento no número de empregados, passando de 298 ocupados em 1996 para 2370 no ano de 2002.

Já a análise das trajetórias ocupacionais dos trabalhadores empregados nas telecomunicações, no ano de 1998, indica que os “sobreviventes” aos quatro primeiros anos após a privatização obtiveram certa estabilidade no emprego a partir de 2002. Conforme já exposto, aspectos como: a ampliação e consolidação do mercado, após o primeiro período pós-privatização; o aumento da concorrência entre as empresas e consequente aumento na demanda por profissionais capacitados; e a melhora do ambiente econômico nacional, a partir do ano de 2003, apresentam-se como os principais condicionantes dessa realidade.

Como passo seguinte no estudo das trajetórias ocupacionais dos empregados no setor de telecomunicações no período pós-privatização, acredita-se que será possível, através da análise longitudinal do mercado de trabalho interno ao setor, identificar que tipos de trajetórias realizaram os trabalhadores ocupados no setor durante esse período, levando em consideração sua posição na estrutura ocupacional do setor, bem como seu perfil sócio-ocupacional.

Presume-se que estas duas dimensões explicativas - ou seja, as categorias ocupacionais e os perfis sócio-ocupacionais - relacionadas tanto à posição do trabalhador na estrutura ocupacional das telecomunicações, como também, as suas características pessoais, relativas a sexo, idade, escolaridade, faixa de rendimentos e tamanho da empresa na qual exerce suas atividades, permitirão compor um mapa acerca das suas possibilidades em permanecer no mercado de trabalho interno ao setor e/ou no mercado de trabalho formal como um todo, mantidas as condições econômicas mais gerais. A análise baseada nestes termos possibilitará reconstituir as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores abarcando atributos sócio-demográficos e *status* ocupacional.

Bibliografia

- BATTI, Rosemary. Strategic segmentation in front-line services: matching customers, employees and human resource systems. In.: **International Journal of Human Resource Management**. Vol. 11 n. 3, 2000. p. 540-561.
- GUIMARÃES, Nadya A. **Caminhos cruzados**: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores. São Paulo: Editora 34, 2004.
- GUIMARÃES, Sônia. As telecomunicações no Brasil após a privatização. In.: **O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea**: persistências e inovações. Orgs. PICCININI, Valmíria; HOLZMANN, Lorena; KOVÁCS, Ilona; GUIMARÃES, Valeska. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p.147-175.
- LARANGEIRA, Sônia M. Reestruturação no Setor de Telecomunicações: aspectos da realidade internacional. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**. Relações Industriais, Análises Comparativas. São Paulo, ano 4, n.º. 8, 1998.
- _____. **Sindicatos frente à reestruturação**: Crise ou novas estratégias? Texto apresentado no XXIII Congresso Internacional da LASA. Washington, 6-8 de setembro de 2001.
- _____. **Telecomunicações no Brasil**: relações de trabalho e emprego pós-privatização. Projeto Integrado de Pesquisa apresentado ao CNPq, 2002 (Impresso).
- RUDUIT, Sandro. **Relações Interfirmas e Emprego**: estudo de uma rede de empresas em telecomunicações. Dissertação de Mestrado: PPG Sociologia, UFRGS, 2001.
- SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa. **Relações de trabalho em Call Centers**: flexibilidade laboral e perfis sócio-ocupacionais em novo cenário de emprego. Dissertação de Mestrado: PPG Sociologia, UFRGS, 2006.
- SILVA, Paulo H. C. da. **Trajetória ocupacionais de trabalhadores desligados do setor de telecomunicações**. Dissertação de Mestrado: PPG Sociologia, UFRGS, 2003.
- VALENDUC, Gérard; VENDRAMIN, Patrícia; PEDACI, Marcello; PIERSANTI, Mariângela. Changing careers and trajectories: how individuals cope with organizational change and restructuring. In.: **Work organization and restructuring in the knowledge society – WORKS project**, 2008. Disponível em: www.worksproject.com.be. Acessado em 28 de setembro de 2008.

- WOHLERS, Márcio. A Reforma do Modelo de Telecomunicações: O menu internacional e a opção brasileira. In: TAPIA, Jorge R. B. e RALLET, Alain. **Telecomunicações, desregulamentação e convergência tecnológica:** uma análise comparada. Campinas, UNICAMP – IE (Coleção Pesquisas, 2),1999. p. 43-74.